

REPERCUSSÕES DO GENOCÍDIO DE RUANDA PARA A POPULAÇÃO FEMININA:

Um estudo sob a ótica da cura social¹

Beatriz da Silva²

RESUMO:

O genocídio de Ruanda teve impacto significativo na população feminina do país, principalmente considerando as mulheres vítimas de violência sexual durante o conflito. O presente artigo tem por objetivo compreender mecanismos de cura social aplicados às mulheres de Ruanda após o genocídio e o impacto desses mecanismos em seus relacionamentos interpessoais, bem como a nível estrutural na sociedade ruandesa. Para tanto, a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica da literatura sobre cura social (em inglês, *social healing*), em conjunto com a literatura feminista e um estudo de caso a partir dos achados referentes aos impactos do genocídio na sociedade ruandesa. Foram analisados, para tanto, o papel das organizações femininas na sociedade ruandesa no pós-genocídio; os mecanismos de justiça, o papel das mulheres na política e um estudo de caso sobre os chamados filhos do estupro.

Palavras-chave: Ruanda. Genocídio. Violência sexual. Cura social.

1. INTRODUÇÃO

O genocídio de Ruanda, responsável pela morte de cerca de 1 milhão de pessoas em 1994 e amplamente estudado trouxe consequências severas para as mulheres que vivenciaram o conflito, em especial àquelas que sofreram violência sexual nas mãos de seus perpetradores (KANTENGWA, 2014). O estudo do conflito e de suas consequências nos permite compreender o papel do corpo feminino e seu lugar em uma sociedade patriarcal em que este é

¹ Artigo apresentado ao curso de Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia enquanto requisito parcial para conclusão de curso, sob orientação do Prof. Dr. Aureo Toledo Gomes.

² Graduanda do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

visto como um alvo representativo de um corpo coletivo – assim, a violência sexual contra o corpo feminino teria implicações que reverberam negativamente por toda a sociedade. Posto tal entendimento, o estudo do genocídio de Ruanda também se mostra importante na medida em que teve como marco o julgamento, pela primeira vez, do estupro enquanto parte integral do genocídio. Assim, as repercussões do conflito e o posterior julgamento de seus perpetradores no Tribunal Penal Internacional para o Ruanda (TPIR) foram responsáveis por criar um precedente jurídico para casos similares, demonstrando expansão do entendimento de violência sexual pela comunidade internacional (SINALO, 2018).

Além do fator da violência sexual, a população de Ruanda no pós-genocídio era composta majoritariamente por mulheres, o que acarretou em mudanças na estrutura social do país e colocou nas mulheres e em suas organizações o peso da reconstrução do país. Dessa forma, o gênero se tornou parte intrínseca à análise da construção da paz e da cura social após o conflito (SINALO, 2018).

Assim, buscarei compreender os mecanismos utilizados na sociedade ruandesa pós-genocídio para possibilitar a busca pela cura social, com enfoque nas ferramentas utilizadas para oferecer suporte às mulheres. Para isso, serão analisados o papel das organizações femininas na sociedade ruandesa no pós-genocídio; os mecanismos de justiça, o papel das mulheres na política e um estudo de caso sobre os chamados filhos do estupro. Todas essas ferramentas e análises devem permitir um entendimento dos caminhos para a promoção de cura social em uma sociedade que passou por um trauma tão profundo, pela lente do recorte feminista, na busca por resultados qualitativos e quantitativos que indiquem a posição da mulher ruandesa na sociedade após o genocídio.

No que tange a estrutura do artigo, inicialmente, abordo a estrutura da sociedade ruandesa e as causas que levaram ao genocídio, com enfoque de gênero e entendimento do uso do estupro enquanto arma do genocídio; por meio da revisão de fatos históricos e do entendimento da bibliografia feminista sobre a violência sexual. Após, abordo a teoria da cura social a partir de uma revisão bibliográfica de seus principais estudos e, por fim, analisarei os mecanismos de cura social utilizados na sociedade de Ruanda para acolhimento de mulheres após o genocídio. Nessa seção, serão abordados: o papel das organizações femininas no pós-genocídio, os impactos dos mecanismos de justiça utilizados para julgar casos de violência sexual, participação de mulheres na política e suas repercussões, bem como breve análise de um estudo de caso sobre crianças geradas pela violência sexual cometida durante o genocídio, chamados filhos do estupro.

2. O GENOCÍDIO

Apesar de não haver consenso a respeito da origem das divisões sociais em Ruanda no período pré-colonial, alguns estudiosos apontam que a população pré-colonial da região constituía um único povo de nome Banyaruanda, e que estes eram divididos em três classificações semelhantes a castas: tutsi, hutus e twas. Esses grupos compartilhavam a mesma língua e cultura: os mesmos nomes de clãs, os mesmos costumes e os símbolos da realeza serviram como um poderoso vínculo unificador entre eles (FONSECA, 2010).

No entanto, os camponeses hutus, que representavam aproximadamente 85% da população total, encontravam-se na base da pirâmide social, econômica e política, enquanto o poder, status e riqueza concentravam-se majoritariamente nas mãos dos tutsis, proprietários de manadas de gado. Os twas, por outro lado, eram a casta dos trabalhadores braçais e empregados domésticos (LEMARCHAND, 2004). A desigualdade dessa sociedade foi inscrita no tratamento diferenciado concedido a cada grupo e dentro de cada grupo. O conflito também não era necessariamente mais intenso ou frequente entre hutus e tutsis do que entre tutsis e tutsis. Na realidade, muitas das evidências históricas sugerem exatamente o oposto (VIDAL, 1991 apud LEMARCHAND, 2004)

O contato do povo ruandês com o mundo ocidental cristão ocorreu apenas após a Conferência de Berlim, em 1885, quando o território foi entregue à Alemanha em uma divisão arbitrária do continente africano. No entanto, a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial acarretou a transferência do território ruandês para a Bélgica, país que teve uma administração mais presente e influenciou diversos aspectos históricos, políticos e culturais de Ruanda (FONSECA, 2010).

A colonização belga promoveu um remodelamento e a mitologização das identidades étnicas. A política colonial belga apropriou-se das estruturas de poder preexistentes para estabelecer um domínio indireto por meio do favorecimento à minoria tutsi. A esse povo foi atribuído um papel de mediação no governo do país, com base em sua suposta superioridade racial. Tal manejo político europeu cristalizou a ideia dos tutsis como povo invasor e opressor, cujo objetivo seria o domínio do país e da maioria hutu. O resultado foi a alteração drástica das normas e da textura da sociedade ruandesa tradicional, já que o estado colonial destruiu os mecanismos de compensação construídos ao redor das diferentes categorias sociais, agravando significativamente a opressão do governo tutsi (LEMARCHAND, 2004).

A partir de 1935, indivíduos passaram a carregar cartões de identificação que especificavam sua origem étnica, definindo, desse modo, suas possibilidades de inserção social. Assim, a divisão dos indivíduos em raças foi oficializada de maneira que estes não poderiam mais desligar-se dessa designação. Os cartões de identificação consolidaram uma distinção que apenas o olhar não era capaz de captar, pois as dissimilaridades físicas dos diferentes povos ruandeses não eram tão evidentes. Eventualmente, esses fatores promoveram a base ideológica para a Revolução Social ou Revolução hutu (UVIN, 1997).

Na década de 1950, hutus buscaram performar um papel de maior importância no governo Ruandês e tornaram-se mais politicamente ativos. Esse movimento, apoiado pela Igreja Católica de Ruanda e, mais tarde, também pela administração colonial belga, culminou na substituição de administradores tutsi por hutus, sob o governo do General Jean-Paul Harroy. Pouco tempo depois, o sistema de dominância tutsi foi derrubado e o rei tutsi abdicou (TAYLOR, 1999).

A Revolução Social ocorreu, de acordo com Uvin (1997), como um processo de três fases: entre 1958-59, pequenos ataques ocorreram em algumas províncias, o que resultou em centenas de tutsi mortos e a fuga de muitos outros para países da região. Entre 1960-61, eleições legislativas levaram a uma vitória massiva dos Parmehutu, um partido hutu radical e violentamente anti-tutsi que substituiu a monarquia em um regime presidencial. Entre 1961-63, refugiados tutsi tentaram retornar por meio de ataques de guerrilha vindos de Burundi e Uganda - que foram facilmente interrompidos, não sem antes levar à matança organizada de civis inocentes tutsi. Cerca de 30.000 tutsi foram mortos e mais de 100.000 deixaram o país (KUPER, 1997; LEMARCHAND, 1970; PRUNIER, 1995; apud UVIN, 1997).

Ao fim desse processo, Ruanda era um país independente cuja estrutura de poder fora invertida: agora, uma pequena elite hutu ocupava o topo da pirâmide de poder político. A violência dessa transição, que se iniciou em 1959 e continuou até 1964, resultou na morte de dezenas de milhares de tutsis. Outros milhares emigraram para países vizinhos, criando uma diáspora (TAYLOR, 1999).

É mister notar que, desde a supracitada revolução, o modo de produção e reprodução da vida dos hutus e dos tutsis já estava consolidado do mesmo modo como quando do genocídio em 1994. Gourevitch (2006, apud FONSECA, 2010) propõe que, nesse momento, “o que quer que a identidade hutu e tutsi tenha significado na situação pré-colonial não importa mais; os belgas haviam feito da ‘etnicidade’ o traço definidor da existência ruandesa”. A ideologia anti-tutsi esteve presente na própria constituição do Estado independente ruandês. Seguindo a

ideologia da “Revolução Social”, a nova elite hutu desenvolveu uma política de discriminação sistemática contra os tutsis, especialmente no que tangia a poderes políticos e mobilidade social (UVIN, 1997).

Mesmo após a independência, em 1962, a política do país continuou a ser construída com base na etnicidade: o que se alterou foram as categorias de dominador e dominado. Após a independência, a minoria tutsi, passou a ser dominada pela maioria hutu. Em 1973, após um golpe de Estado, Juvénal Habyarimana tornou-se presidente do país e suprimiu toda a atividade política, concentrando o poder em si e naqueles à sua volta (PINTO, 2011).

Em 1980, os refugiados da Revolução Social buscavam retornar para Ruanda. No entanto, suas propostas para o governo Habyarimana não foram recebidas com ações substantivas e estes decidiram retornar ao país forçosamente. O movimento de retorno pós-diáspora, denominado Frente Patriótica do Ruanda (FPR), também conquistou o apoio de alguns hutus descontentes com o regime ruandês. Composto por aproximadamente 70-80% de tutsi, a FPR invadiu o Ruanda a partir de Uganda em outubro de 1990 (TAYLOR, 1999).

Acordos de paz para finalizar a guerra foram assinados em Arusha, Tanzania em agosto de 1993 e deram à FPR a maior parte de suas demandas: o direito à cidadania ruandesa, o direito de estabelecer residência permanente em Ruanda, e um papel na ampla base do governo. Apesar dos Acordos de Arusha, o assassinato do presidente do Burundi, Melchior Ndadaye, em 21 de outubro de 1993, acabou com a pouca esperança restante de que tais acordos pudessem abrir caminho para um compromisso duradouro com o FPR. Como o primeiro presidente hutu popularmente eleito na história do Burundi, sua eleição encerrou os 28 anos de hegemonia tutsi, isso após uma transição amplamente descrita por observadores externos como “exemplar” (LEMARCHAND, 2004).

Agravando esse fator, em 7 de abril de 1994, o avião do presidente Habyarimana foi derrubado por extremistas. A bordo não havia um, mas dois presidentes hutus. Além de Habyarimana, Cyprien Ntaramyira, do Burundi, também foi abatido, elevando assim para três o número de presidentes hutus mortos em seis meses. Menos de quarenta e oito horas depois, estava instalada uma guerra civil que durou mais de três meses e teve como resultado a vitória da FPR em julho de 1994. Nesse período, aproximadamente um milhão de ruandeses morreram, em sua maioria tutsi (LEMARCHAND, 2004).

Ainda que o genocídio tenha sido motivado principalmente por ideologias baseadas na etnicidade dos ruandeses, há também um componente de sexo e gênero a ser adicionado às análises feitas sobre o período. Nos meses que antecederam o genocídio, imagens sexuais

violentas de homens e mulheres abundaram na iconografia da literatura extremista hutu, enquanto atos de violência sexual real contra mulheres tutsis ocorreram com frequência crescente. Havia um nível mais profundo de motivação para a violência contra elas (CHRETIEN, 1995 apud TAYLOR, 1999).

Na literatura extremista hutu, as mulheres tutsis eram retratadas como prostitutas, capazes de obter o apoio ocidental para a causa da FPR por meio do uso de seus encantos sexuais. No cartoon abaixo (Figura 1), o general canadense Romeo Dallaire, chefe da força de paz das Nações Unidas em Ruanda, é mostrado em um abraço amoroso com duas mulheres tutsis. A legenda do cartoon diz: "O General Dallaire e seu exército caíram na armadilha de mulheres fatais" (CHRETIEN, 1995, p. 74 apud TAYLOR, 1999).

Figura 1 – Propaganda hutu



Fonte: Sai, 2012³

Assim, o genocídio visava restabelecer a ordem do estado hutu, tal como foi imaginado por meio de uma imagem nostálgica e idealizada da Revolução hutu de 1959, que pôs fim à monarquia e ao domínio tutsi. A única mancha percebida da revolução, repetida com frequência nos dias que antecederam o genocídio, foi o fracasso em purificar o país inteiramente de seu odiado outro interno. Como corolário disso, embora menos abertamente declarado, os extremistas visavam recuperar o terreno perdido do patriarcado e reafirmar uma dominação masculina que provavelmente nunca existiu na história real de Ruanda (TAYLOR, 1999).

Acadêmicas feministas influenciadas pela psicanálise demonstram a existência de uma propensão por parte de alguns sistemas sociais patriarcais de se apoderar das mulheres como

³ Disponível em: <https://womensmediacenter.com/women-under-siege/conflicts/rwanda>. Acesso em: 9 set 202.

vítimas de sacrifício (REINEKE, 1997 apud TAYLOR, 1999). Elas atribuem essa tendência ao fato de que as mulheres costumam estar socialmente situadas no limite entre os grupos. Percebidas como guardiãs culturais, as mulheres podem ser perigosas como seres liminais (DOUGLAS, 1966; TURNER, 1973 apud TAYLOR, 1999).

Essa observação se aplica bem a algumas mulheres tutsis ruandesas, que, por causa das relações sexuais com homens hutus, possuíam a capacidade de minar as categorias "hutu" e "tutsi" por completo. Isso porque a identidade étnica oficial (marcada na carteira de identidade nacional de todos) era determinada pelo pai no período pré-genocídio em Ruanda: um homem hutu casado com uma mulher tutsi geraria filhos legalmente hutus. O casamento misto entre homens hutus e mulheres tutsis conferia, portanto, todos os benefícios da cidadania hutu à prole, que era considerada pelos extremistas como racialmente impura (TAYLOR, 1999).

O genocídio de Ruanda não foi simplesmente uma batalha pela supremacia política entre grupos de homens, mas também sobre a reconfiguração de gênero. Para muitos ruandeses, as relações de gênero estavam caindo em um estado de decadência e desordem à medida que mais mulheres alcançavam posições de destaque na vida econômica e pública e à medida que mais mulheres exerciam suas preferências pessoais em suas vidas privadas. De origem colonial, a representação das mulheres tutsis como superiores em inteligência e beleza às mulheres hutus parece ter atormentado a psique dos extremistas hutus (TAYLOR, 1999).

Prunier (apud TAYLOR, 1999) aponta que a evidência de um complexo de inferioridade persistente em relação aos tutsis explica em parte o grau de sadismo desencadeado pelos esquadrões da morte hutu. Na verdade, medidas especiais de terrorismo sexual foram reservadas para mulheres tutsis pelos extremistas. Muitas mulheres tutsis sofreram dilaceração dos seios ou foram estupradas antes de serem mortas. Outras foram empaladas com lanças da vagina à boca. Mulheres grávidas tiveram os fetos cortados de seus corpos. Outras, ainda, foram forçadas a cometer incesto com um membro da família do sexo masculino antes de serem mortas.

Por outro lado, uma parcela restante foi poupada e tomada como “esposa” pelos seus algozes. Trazidas para os campos de refugiados do leste do Zaire, essas mulheres tornaram-se escravas sexuais de seus captores. Durante os últimos dias do regime de Mobutu, algumas dessas mulheres conseguiram escapar e voltar para Ruanda grávidas, algumas em busca de aborto em um país que o proíbe (TAYLOR, 1999).

A análise de Taylor (1999) encontra respaldo também nos manifestos escritos por extremistas hutus. Taylor aponta que os “Dez Mandamentos Hutu”, publicados em 1990 na revista extremista hutu Kangura e citado frequentemente por outros estudiosos do genocídio

(como Chretien, 1995 e Prunier, 1995) traz em seus três primeiros mandamentos uma clara preocupação dos extremistas em relação à gênero. Taylor acredita que “os extremistas hutu devem ter dado alta prioridade à questão das relações entre os homens hutu e as mulheres tutsis, pois os três primeiros dos dez mandamentos dizem respeito a este assunto e apenas a este assunto” (TAYLOR, 1999, p. 49, tradução minha). São estes:

1. Todo Muhutu [homem hutu] deve saber que onde quer que encontre Umututsikazi [mulher tutsi], ela está trabalhando para seu grupo étnico tutsi. Como resultado, todo muhutu que se casa com uma Mututsikazi, ou que toma uma Mututsikazi como amante, ou a emprega como secretária ou protegida, é um traidor.
2. Todos os Muhutu devem saber que nossas Bahutukazi [mulheres hutu] são mais dignas e conscientes de seu papel como mulher, esposa e mãe. Não são bonitas, boas secretárias e mais honestas!
3. Bahutukazi [mulheres hutu], sejam vigilantes e tragam seus maridos, irmãos e filhos de volta ao caminho da razão (Chretien. 1995, p. 141-142 apud Taylor, 1999, p. 49, tradução minha).

Exposto que o gênero foi um fator essencial na forma como se deu o genocídio, Sinalo (2018) aponta que devido ao papel das mulheres como objetos sexuais (escravidão sexual e casamentos forçados durante o genocídio), menos mulheres do que homens foram mortas nesse período. Além disso, muitos homens fugiram no exílio após o genocídio, enquanto outros foram presos.

Assim, no momento pós conflito, havia um desequilíbrio demográfico significativo e o governo do país estimou que, logo após o genocídio, 70% da população do país era composta por mulheres. Essa disparidade acarretou na predominância de mulheres em atividades econômicas e de reconstrução do país no período pós-guerra. Estas atividades demonstram grande mudança na dinâmica da sociedade ruandesa, visto que, anteriormente ao conflito, essas mulheres eram, em sua maioria, dependentes financeiramente de seus parentes do sexo masculino. Além disso, muitas destas tornaram-se arrimo de família, o que as colocou em posição de únicas responsáveis pelos cuidados de seus próprios filhos, além de outras crianças órfãs (SINALO, 2018).

Após o genocídio, a responsabilidade de cultivar alimentos para suas famílias e cuidar também de tarefas domésticas e de suas crianças reduziavam a possibilidade de dedicar-se a atividades econômicas que garantissem lucro. Por não terem acesso à educação, treinamento e até mesmo experiências prévias, muitas dessas mulheres, assim como suas famílias, encontraram-se em situação de pobreza e desnutrição, dada a dificuldade de conseguir um emprego remunerado. Assim, estabelece-se um peso ainda maior sobre as mulheres sobreviventes do genocídio, que se preocupavam com a falta de responsabilização e justiça (SINALO, 2018).

Outro fator a ser considerado é que, inicialmente, estupros e crimes de gênero foram considerados como crimes de categoria 3 e só foram movidos para categoria 1 em 1996⁴. Além disso, apesar de o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR) ter reconhecido que a violência sexual pode ser lida e julgada como uma forma de genocídio, muitas foram as críticas direcionadas às falhas na investigação de violência sexual e treinamentos de investigadores.

A proteção às vítimas e implementação de proteção à confidencialidade apresentaram falhas e conselhos inadequados e falta de sanções a juízes que tiveram condutas impróprias foram reportados (FRANKE, 2006, p. 818 apud LIPP, 2013). De acordo com Sinalo (2018) os integrantes da força policial responsáveis por documentar crimes de genocídio eram predominantemente homens, o que resultou em relutância das sobreviventes de estupro em fornecer evidências dos crimes a quais tinham sido submetidas, dado o estigma em relação à violência sexual.

Muitos perpetradores de violência sexual e crimes de gênero nunca foram processados. Para piorar, o sistema legal sobrecarregado e as prisões superlotadas levaram o governo a iniciar um processo de libertação de acordo com o princípio de '*faute avouée, faute pardonnée*' (“crime confessado, crime perdoado”) para certos crimes e, portanto, muitos prisioneiros foram libertados. A libertação em grande escala de prisioneiros juntamente com a impunidade generalizada resultou em muitos sobreviventes tendo que conviver ao lado dos perpetradores do genocídio, intensificando ainda mais seu trauma psicológico. Em resumo, embora o genocídio tenha tido consequências indizíveis para todos aqueles envolvidos, o sofrimento infligido às mulheres ruandesas foi particularmente devastador (SINALO, 2018).

3. MECANISMOS DE CURA SOCIAL

James O’Dea, coautor do relatório “*The Social Healing Project*”, descreve que o processo para lidar com feridas e traumas de uma sociedade como a escravidão, racismo e profunda desigualdade de gênero se estende por gerações, além de haver um certo reforço das cicatrizes e feridas nas dinâmicas sociopolíticas e nas narrativas sociais dominantes. O processo de cura social (*social healing*) é um processo lento que busca solucionar horrores do passado

⁴ De acordo com Devlin e Elgie (2008 apud SINALO, 2018), a Lei Orgânica (08/96) categorizava os crimes da seguinte forma: Categoria 1 se refere a (a) planejadores e organizadores do genocídio; (b) pessoas em posição de autoridade a nível nacional, da prefeitura, comunal ou setorial; (c) aqueles que foram assassinos de grande renome pelo zelo ou crueldade com que mataram; e eventualmente (d) aqueles que cometeram atos de tortura sexual. Categoria 2 abrange autores ou cúmplices de homicídio doloso ou agressões graves que resultaram em morte. Categoria 3 abrange pessoas acusadas de outras agressões graves; e a categoria 4 abrange crimes contra a propriedade. Na versão inicial da legislação, o estupro foi incluído na Categoria 3.

de forma que estes traumas não sejam herdados por gerações futuras. Tal processo envolve o uso de diversas ferramentas, como praticar modalidades de escuta, incluindo: (1) a escuta compassiva e integral; (2) o processo de *truth-telling* e reconhecimento mútuo; (3) aprendizagem sobre diferentes abordagens culturais à justiça restaurativa; (4) testagem de novas abordagens para a recuperação do trauma coletivo; (5) promoção, reparação e perdão; e (6) exploração da interface de narrativas pessoais e históricas em que a experiência do sujeito é honrada (O'DEA, 2010).

No relatório “*The Social Healing Project*”, O’Dea e Thompson propõe que o conceito de *social healing* é um paradigma em evolução que busca transcender as polaridades disfuncionais que mantêm os ferimentos repetitivos no lugar. O olhar pelo qual esse paradigma se estrutura propõe que as transgressões humanas não são uma batalha entre as dualidades de certo e errado ou bom e mau, mas sim uma questão de ferir e curar. Assim, uma questão-chave que impulsiona o trabalho de cura social é: como indivíduos, grupos e nações curam feridas do passado e do presente? (THOMPSON e ODEA, 2011).

Essa visão de cura social tem como pressuposto a existência de uma relação entre trauma e cura individuais e coletivos. Feridas históricas não resolvidas que são carregadas na memória e no inconsciente coletivo podem desencadear uma complexa gama de conflitos. A transferência da dinâmica vítima-perpetrador de geração em geração frequentemente resulta em confronto violento, guerra, opressão, abuso dos direitos humanos e terrorismo (THOMPSON e O’DEA, 2011).

Lederach e Lederach (2010 apud NAJIBULLAH, 2017, p. 144. Tradução minha) definem o conceito de cura social como “um fenômeno intermediário entre a cura de micro indivíduos e uma reconciliação coletiva mais ampla” e expandem o conceito para considerar que o processo de cura social “lida com feridas criadas pelo conflito, trauma coletivo e opressão em larga escala”.

Lederach e Lederach (2010 apud NAJIBULLAH, 2017) também corroboram com o conceito de cura social proposto por Paula Green, que a define como a reconstrução de relações comunitárias depois de violência em massa. Para Green, a cura social vem antes da reconciliação após uma guerra aberta. Por isso a ênfase na importância da restauração de relações, coexistência e reconstrução. Desse modo, compreendo que o estudo do processo de cura social estaria intrinsecamente ligado à construção da paz, visto que apenas seria possível pensar em um cenário pacífico por meio do tratamento desses traumas coletivos, evitando que essas feridas abertas culminem em novos conflitos.

A compreensão dos efeitos que o uso da violência sexual causa em uma sociedade perpassa pelo estudo da violência sexual enquanto arma de guerra. De acordo com Lerner (1972, apud MÜHLHÄUSER, 2017), a violência sexual não é apenas um ato individual contra uma vítima em particular, mas sim um ato coletivo que tem como alvo o corpo feminino como representativo de um corpo coletivo, seu tecido social e respeitabilidade.

A tipologia de violência da Organização Mundial da Saúde (2002) também classifica o estupro empregado em conflitos armados, guerra ou genocídio como violência coletiva e sexual (VCS). A VCS tem sido usada no genocídio e na guerra contemporânea para criar medo e desmoralização generalizados, para subverter deliberadamente as relações com a comunidade e para degradar e humilhar grupos-alvo de pessoas (MÜHLHÄUSER, 2017). Parte-se, então, do pressuposto de que o uso da violência sexual pode caracterizar-se como uma arma, tática ou estratégia de guerra, cujo emprego traz consequências coletivas e que afetam toda uma estrutura social.

A partir de uma visão feminista, é possível pensar também a importância do enfoque no gênero ao estudar a perpetração e a experiência da violência sexual. Para Mülhauser (2017), esta importância se dá na medida em que a violência sexual está sempre ligada a práticas, normas e estruturas sexuais e de gênero. Reene Heberle (apud MÜLHAUSER, 2017) argumenta que a masculinidade e a feminilidade são culturalmente codificadas em termos de dominância e submissão, de modo que a violência sexual apresenta-se como um meio de defender o que significa ser masculino, viril e poderoso, diferenciando-os daqueles que são considerados femininos, passivos e/ou fracos.

Jacqui True e Sarava Davies (apud MÜHLHÄUSER, 2017) apontam que, somente se essa discriminação e opressão de gênero forem levadas em conta é possível entender por que a violência sexual é uma maneira tão eficaz de desestabilizar, envergonhar, e desalojar grupos inteiros antes, durante e depois do conflito. De acordo com Cynthia Enloe:

se estrategistas militares [...] imaginarem que as mulheres sejam a espinha dorsal da cultura do inimigo, se eles definem as mulheres principalmente como reprodutoras, se eles definem as mulheres como propriedade dos homens e como símbolos da honra dos homens, se imaginam que as comunidades residenciais dependem do trabalho das mulheres - se essas crenças sobre a divisão de trabalho adequada por gênero da sociedade são mantidas por formuladores de políticas de guerra - eles serão tentados a elaborar uma operação militar que inclua a agressão sexual de mulheres por parte de seus soldados masculinos. (p. 134 apud WOOD, 2006, p. 328, tradução minha).

Caroly Nordstrom (1996) pontua que o estupro tem efeitos que duram além da assinatura dos acordos de paz e do fim do conflito, visto que o senso de lar e segurança das

pessoas vitimadas, de valor próprio, de poder e relações interpessoais, e até mesmo das potencialidades do futuro, são atacados. De acordo com a autora, a desumanização não é empregada para acabar com a vida, mas para acabar com a humanidade das pessoas. A vontade humana, juntamente com a capacidade dos seres humanos de se produzirem como atores em uma realidade de sua própria criação, torna-se uma ameaça intolerável para o inimigo. Não são pessoas, mas vontade de resistir; não são indivíduos, mas a existência de um ser contra hegemônico, que desafia as forças repressivas.

A resposta destas forças repressivas é atacar as fontes da humanidade, separar a pessoa da personalidade e o indivíduo da identidade. Devidamente desumanizada, segundo a filosofia da “guerra suja”, a população pode ser domesticada como qualquer outro animal. O estupro não é exclusivamente um ataque ao corpo - é um ataque ao corpo político. Seu objetivo vai além de mutilar ou matar uma pessoa, pois tem como propósito controlar todo um processo sociopolítico ao enfraquecê-la. É um ataque dirigido igualmente contra a identidade pessoal e integridade cultural (NORDSTROM, 1996).

Os objetivos imediatos e periféricos do estupro e da violência sexual foram apresentados por Felson (1993 apud MILILLO, 2006) como constituintes de uma possível “justiça retributiva” e de uma “identidade social desejada”. Segundo o autor, a justiça retributiva na guerra pode ser o resultado coletivo desejado da conquista de um grupo sobre outro, enquanto a identidade social desejada, do ponto de vista da psicologia social, pode significar o desejo de expressar sua identidade pessoal ou identidade de grupo, que às vezes é confundida como a mesma identidade.

O desejo de expressar uma identidade coesa é encorajado e reforçado pelas circunstâncias da guerra, que afirmam tanto uma identidade pessoal quanto uma identidade de grupo. No entanto, narrativas que falam sobre as formas em que a violência em tempo de guerra ocorre sugerem que há uma necessidade imperiosa de afirmar o grupo ou a identidade coletiva (ou seja, como homens e membros de um grupo nacional), que é a marca da teoria da identidade social segundo Tajfel e Turner (1986 apud MILILLO, 2006). Juntos, soldados e combatentes paramilitares podem usar a violência de gênero como uma norma coesa em grupo para apoiar uma identidade nacional ou de grupo (MILILLO, 2006).

Enquanto isso, a degradação de membros femininos do grupo externo por estupro e agressão serve para manter sua identidade masculina intacta ao suprimir o poder das mulheres do grupo externo (MILILLO, 2006). Ainda que esta não seja uma abordagem feminista, a construção da identidade e das relações de poder se faz presente de maneira semelhante e, a

partir da abordagem da teoria da identidade social, é possível compreender também o papel desempenhado pelos perpetradores enquanto atores no conflito.

Durante o genocídio de Ruanda, a violência sexual serviu como um marcador de etnia que teve um impacto desproporcional sobre as mulheres - uma estratégia deliberada que tinha como objetivo destruir a pureza do grupo étnico, forçando-as a darem à luz a bebês "impuros". Por terem seus corpos transformados em armas contra seu próprio povo, as mulheres ruandesas não apenas vivenciaram o genocídio de maneira diferente dos homens, mas também possuíam diferentes identidades enquanto atores no conflito (HUDSON, 2010).

Assim como o próprio ato de estupro causou ferimentos a muitas mulheres e meninas, as consequências da violência sexual são causadoras de traumas e feridas profundas e duradouras. As consequências psicológicas do abuso sexual perpetrado contra as mulheres ruandesas, por exemplo, foram exacerbadas também pelo contexto cultural do país. Em Ruanda, a transição para uma vida sexual ativa é celebrada por meio do casamento, a partir do qual uma menina passa a ser chamada de mulher. A privação desse ritual causou em muitas das mulheres abusadas uma perda de sua identidade. Na sociedade ruandesa, onde mulheres são valorizadas principalmente por seus papéis como esposas e mães, o casamento é um assunto extremamente importante (Rinaldo 2004 apud MUKAMANA; BRYSIEWICZ, 2008).

Para as meninas ruandesas, a virgindade é uma parte importante da sua identidade que permite que sejam classificadas como garotas. A perda da virgindade pelo estupro as coloca em um não-lugar, já que estas não se sentem parte do grupo de mulheres, nem de meninas. A perda de identidade experimentada por algumas das participantes também afetou sua aptidão para o casamento e suas interações sociais. Como exposto por uma das participantes entrevistadas durante o estudo de Mukamana e Brysiewicz (2008, p. 382):

A experiência de ter sido estuprada mudou minha vida. Porque eu não me sinto como uma garota por não ser virgem, mas também não sou uma mulher, já que não tenho um marido e sei que ninguém vai concordar em se casar como uma garota que não é uma [virgem].

O estigma também cerca as comunidades das quais essas mulheres e meninas fazem parte, e muitas se sentem desrespeitadas e isoladas. De acordo com Fuhara, sobrevivente do genocídio:

Ser conhecida como uma sobrevivente do estupro na comunidade é um grande problema [...] as pessoas dizem que não somos diferentes das prostitutas, porque aceitamos ter relações sexuais com qualquer homem que quisesse fazer sexo com a gente durante o genocídio (Mukamana e Brysiewicz, 2008, p.382).

Além das consequências psicológicas causadas por todo o contexto brutal e da violência específica que essas mulheres sofreram, há ainda a incidência de casos positivos de HIV/AIDS, responsáveis por mudar a vida dessas mulheres em diversos aspectos. Por exemplo, um relatório estima que até 67% dos sobreviventes de estupro eram HIV/AIDS positivos. Para além, a Human Rights Watch (2005, p. 3 apud LEATHERMAN, 2007) relata que em fevereiro de 2005, "das agências que prestavam serviços de saúde nos campos de refugiados no Chade, apenas uma das seis tinha um protocolo de estupro que incluía o fornecimento de anticoncepcionais de emergência, abrangente tratamento de doenças sexualmente transmissíveis e profilaxia pós-exposição do HIV" (LEATHERMAN, 2007).

Ainda de acordo com o relatório produzido pela NAR e Interpeace (2015), as pessoas que passaram por ou foram fruto dessa violência, rotuladas de "mulher estuprada" ou "criança nascida do estupro" relatam que não foram capazes de se distanciar dessas identidades, o que lhes causa frustração. Na maioria dos casos, esses rótulos colocam os sobreviventes em um lugar de vítima, substituindo as múltiplas identidades que esses possuem (mãe, empresária, esposa, irmã, sobrinha ou líder da comunidade, por exemplo). Além de todos esses fatores agravantes, o genocídio também destruiu redes de suporte, já que muitas mulheres perderam muitos membros de sua comunidade, além de muitas terem perdido toda a sua família. Reunir sobreviventes em associações permitiu que elas recriassem uma comunidade para si, onde os membros funcionam como uma substituição de suas famílias (INTERPEACE e NAR, 2015; MUKAMANA e BRYSIEWICZ, 2008).

4. MECANISMOS DE CURA SOCIAL EM RUANDA

4.1. O papel das organizações femininas

De acordo com Sinalo (2018), as organizações de mulheres contemporâneas de maior peso surgiram no período anterior ao genocídio e tornaram-se mais sólidas dadas as condições que o país e as mulheres enfrentavam após o fim do conflito. A autora aponta que, além de a reintegração do estado ter proporcionado uma oportunidade de posicionamento das demandas de mulheres ruandesas na agenda política do país, bem como a introdução de novas políticas, a situação anterior das mulheres na sociedade estabeleceu as condições sobre as quais foi possível desafiar o status quo. As experiências das mulheres em tempos de guerra e sua marginalização

política no período anterior a 1994 levaram à sua atividade política no período posterior. No período imediatamente posterior ao genocídio, que durou toda a transição até 2003, buscou-se a reconstituição do tecido social e político destruído pelo conflito.

Newbury e Baldwin (2001, apud BURNET, 2008) atribuem o crescimento e a proliferação de organizações de mulheres em Ruanda a quatro fatores: (1) a terrível crise que as mulheres enfrentaram após o genocídio, que as forçou a se unirem para reconstruir a sociedade; (2) a tradição histórica das organizações sociais e das cooperativas agrícolas de Ruanda, parte delas de mulheres; (3) o suporte técnico e monetário fornecido pela comunidade internacional; e (4) as políticas do governo de Ruanda, encabeçadas pelo MIGEFASO e MIGEPROF (Ministério do Gênero, Família e Assuntos Sociais e Ministério para a Promoção do Gênero e da Família, respectivamente, nas siglas em inglês).

Após o genocídio, as organizações de mulheres tornaram-se cruciais para a reconstrução da vida individual destas e da sociedade como um todo. As organizações femininas retomaram as atividades que desempenhavam antes do genocídio, agregaram mais ações e novas entidades foram criadas para preencher o vazio social no período pós-genocídio. Essas organizações ajudaram a atender as necessidades básicas das mulheres (como comida, roupas e abrigo) e a compensar os sistemas de apoio social destruídos no genocídio. Tal dedicação proporcionou um grande crescimento das organizações de mulheres, tornando-as um dos setores mais ativos da sociedade civil entre 1994 e 2003 (BURNET, 2008).

Sinalo (2018) aponta que a transformação social da posição das mulheres na sociedade pós-genocídio ocorreu em grande parte em três áreas: (a) mudança dos papéis de gênero; (b) o movimento das mulheres na sociedade civil; e (c) aumento do número de mulheres na vida política. A devastação causada pelo genocídio impossibilitou, principalmente para as mulheres, a continuidade dos modos de vida tradicionais. Como resultado dessa ruptura nas relações de gênero, as mulheres foram capazes de desafiar as noções habituais de gênero e papéis femininos na família e até mesmo seguir carreiras ou atividades comerciais antes distantes de suas realidades.

O trabalho de grupos existentes (como Duterimbere, Haguruka e Réseau des Femmes⁵) se expandiu enquanto várias novas organizações foram fundadas. Um programa que direcionou seus recursos para questões femininas era conhecido como Mulheres em Transição (WIT), uma

⁵ Entre os grupos de mulheres da sociedade civil formados entre as décadas de 1980 e início de 1990 estão o *Duterimbere*: uma cooperativa bancária e de microcrédito para mulheres; *Haguruka*: um grupo de defesa dos direitos legais de mulheres e crianças; *Réseau des Femmes*: uma organização que prestava assistência técnica a organizações de mulheres rurais (LONGMAN e BURNET, 2008 apud SINALO, 2018)

parceria estabelecida entre o governo de Ruanda e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) em 1996 para fornecer assistência às mulheres na forma de abrigo, insumos agrícolas, pecuária e microcrédito. Um dos grupos de mulheres mais conhecidos é o AVEGA, que oferece assistência a viúvas do genocídio e seus filhos e será abordado com mais profundidade posteriormente (SINALO, 2018).

As organizações de mulheres se organizaram em um coletivo conhecido como Pro-Femmes, que, de acordo com o Plano Trienal da organização de 1998 (apud SINALO, p. 109, 2018) trabalha pela “transformação estrutural da sociedade ruandesa, criando condições políticas, materiais, jurídicas, econômicas e morais favoráveis à reabilitação da justiça social e igualdade de oportunidades, para construir uma paz real e duradoura”. De acordo com Sinalo (2018), o movimento das mulheres se tornou a espinha dorsal da sociedade ruandesa contemporânea, fornecendo uma ampla gama de serviços essenciais. O impacto desse trabalho na sociedade civil implicou em mudanças inclusive na auto percepção das envolvidas, como observado em muitos dos depoimentos das mulheres.

Como exemplo, é possível citar a AVEGA. Embora já existisse uma associação nacional de viúvas, a AVEGA foi fundada sob a premissa de que, embora compartilhassem muitas experiências com viúvas comuns, como viúvas que perderam seus cônjuges na condição específica de um genocídio, essas mulheres precisavam se organizar separadamente e receber uma posição especial. Sediada em Kigali, a AVEGA oferecia aconselhamento, advocacia e lobbying em todo o país. Tornou-se uma das organizações nacionais de mulheres mais fortes no período pós-genocídio. Respondendo à devastação, as organizações de mulheres tendiam a atender às necessidades dos grupos perseguidos em particular, embora não visassem reproduzir essas clivagens (MUJAWAYO, 2008 apud MAGEZA-BARTHE, 2016).

Essas mulheres reconheceram a especificidade de gênero de suas experiências na medida em que também optaram por se organizar em organizações não pautadas em gênero, como a IBUKA, formada em 1994 para fazer lobby em nome dos sobreviventes do genocídio. Essa estratégia de mobilização repercutiu também em outras organizações para que surgisse um movimento de mulheres distinto, mas vinculado a um movimento social mais amplo. Embora organizações com sobreposições temáticas existissem e colaborassem entre si no pré-genocídio, essa cooperação era, usualmente, vaga e seletiva. Semelhante ao Pro-Femmes, havia organizações guarda-chuva para associações de desenvolvimento rural e para ONGs de direitos humanos. Após o genocídio, essas organizações formaram uma plataforma conjunta.

(GRÜNFELD E HUIJBOOM 2007, p. 89; UNDP 2007, p. 73–74 apud MAGEZA-BARTHE, 2016).

Enquanto algumas mulheres se beneficiaram dos serviços oferecidos por grupos de mulheres, outras se beneficiaram da participação ativa no movimento. Kayiraba, por exemplo, descreve como a AVEGA a treinou em aconselhamento e direito referente ao trauma:

Devo minha vida à AVEGA, porque me treinou no [assunto de] trauma, me deu confiança, agora sou a representante da AVEGA em Rwamagana, e gosto ajudar os outros ... Eu sempre encontro pessoas, estou sempre resolvendo os problemas dos outros, fui formada em direito, fui treinada em GBV [violência de gênero, na sigla em inglês] e muitas vezes aconselho as pessoas, encaminho para os tribunais (SINALO, 2018, p. 110).

Entre as ações que propiciaram mudanças na sociedade ruandesa está o programa Campanha Ação pela Paz (PAC). Idealizado em novembro de 1994 e lançado oficialmente em 1996, o CAP foi central nas conquistas do movimento de mulheres em Ruanda. Ao contribuir para os esforços de construção da paz no Ruanda pós-genocídio, o programa obteve tração para trazer suas pautas aos discursos dominantes no país. De acordo com a autora, a influência do programa se dá em sua maior parte na forma como as mulheres são percebidas, como as mulheres devem ser inscritas na construção da paz e quais os direitos que lhes são devidos, com menos influência sendo exercida sobre os discursos mais amplos relativos a Ruanda (MAGEZA-BARTHE, 2016).

Tais programas de construção da paz permitiram que as mulheres participassem da esfera pública, criando uma cultura de diálogo; colaboração, exposição pública de suas opiniões e que estas assumissem responsabilidades não tradicionalmente atribuídas às mulheres (NEWBURY E BALDWIN, 2001, P. 104-5, apud MAGEZA-BARTHE, 2016). De acordo com Baines (2005 p. 226-7 apud MAGEZA-BARTHE, 2016), a contribuição das organizações de mulheres para a construção da paz situava-se local e nacionalmente; era ao mesmo tempo social e política. Além disso, buscou recuperar uma sociedade dividida pelo genocídio e proporcionou que mulheres fossem inscritas como atores políticos.

Depois de 1994, o governo da FPR se envolveu em um amplo processo de fortalecimento institucional, apoiado pelo suporte de uma série de atores – acadêmicos e da sociedade civil, bem como importantes doadores internacionais. Este último também se refletiu na presença da ONU, que por meio de suas estruturas como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e outras instituições, teve uma influência significativa na forma como o

governo construiu o Estado. Nesse processo, várias novas estruturas estatais foram criadas com o objetivo de aumentar a participação das mulheres na política e sua representatividade nas decisões governamentais que se originaram na política da FPR de atendimento à mulher como grupo social, no Ministério de Gênero e nas demandas dos movimentos de mulheres (MAGEZA-BARTHE, 2016).

É importante ressaltar que o Ministério serviu como um canal entre as organizações de mulheres e os doadores internacionais. Os fundos destinados às organizações de mulheres foram canalizados através do Ministério de Gênero ou Pro-Femmes (NEWBURY E BALDWIN, 2001; BAINES, 2005, apud MAGEZA-BARTHE, 2016). No entanto, a posição do Ministério do Gênero no Gabinete, atualmente designado Ministério para a Promoção do Gênero e da Família (MIGEPROF), permanece contestada: foi transferido de um ministério completo e independente para um ministério no gabinete do Primeiro-Ministro. Embora defendida oficialmente como um movimento estratégico relacionado à integração das questões de gênero, essa mudança deve ser encarada de forma crítica (MAGEZA-BARTHE, 2016).

4.2. O papel dos mecanismos de justiça

A decisão do Tribunal Penal Internacional para o Ruanda (TPIR) de condenar Jean-Paul Akayesu, prefeito da comunidade Taba na província Gitamara, à prisão perpétua, foi disruptiva em termos de lei internacional. O TPIR foi inaugurado em novembro de 1994 e seu trabalho era julgar perpetradores de alto nível – funcionários do governo, jornalistas, membros das forças armadas – pelo genocídio (MOORE, 2016). A decisão feita pelo TPIR foi a primeira do tipo a julgar o estupro como um crime de genocídio e, apesar de ter sido inicialmente aplaudida por levar a uma expansão do direito internacional sobre estupro, deve ser visto com algumas ressalvas. Binaifa Nowrojee (apud SINALO, 2018, p. 94-5) escreve: “tão inovador quanto o julgamento de Akayesu tenha sido, está cada vez mais se colocando como uma exceção, uma anomalia”.

Além disso, o controle exercido pela FPR sobre a mídia resultou em pouca divulgação sobre essa decisão no país, abafando o potencial de contribuição para a reconciliação nacional, assim como o potencial de fortalecer a denúncia de vítimas de violência sexual (BURNET, 2008). Em sua pesquisa com vítimas de estupro de Ruanda em busca de justiça por meio do TPIR, Nowrojee (2008, p. 110 apud SINALO, 2018, p. 95) escreve que “praticamente sem

exceção, [as mulheres] articulam o que vêem como o fracasso deste tribunal não apenas em negar-lhes justiça, mas em exacerbar o sofrimento que continuam a experimentar”.

O lado positivo está no fato de que, para as principais testemunhas desse julgamento, posteriormente entrevistadas pelo Buzzfeed News (2016), testemunhar significou iniciar uma transformação local, tanto para as mulheres que foram ao tribunal quanto para Ruanda. O caso Akayesu ajudou as mulheres em Ruanda a pressionar instituições para que o estupro fosse levado mais a sério nos julgamentos Gacaca - tribunais locais que, de 2005 a 2012, julgaram centenas de milhares de perpetradores; tais julgamentos eram conduzidos pela própria comunidade. Inicialmente, Gacaca categorizou o estupro como um crime de nível inferior, no mesmo grupo de saque ou destruição de propriedade, mas a pressão, encorajada em parte pela condenação de Akayesu tornou o estupro um crime de categoria 1, tão grave quanto assassinato (MOORE, 2016).

No entanto, ainda que o caso tenha tido sua importância para definir uma jurisprudência na comunidade internacional, o sentimento interno sobre esse julgamento é o de que a justiça não foi necessariamente atingida por grande parte das vítimas, que se sentiram revitimizadas durante o processo. Compreendemos, portanto, que a solução jurídica nem sempre tem o efeito necessário na sociedade para garantir a pavimentação do caminho para a cura social que, como descrita anteriormente, engloba muito mais do que apenas o aparato estatal.

Em um nível pessoal, as testemunhas-chave do caso Akayesu relataram sentirem-se orgulhosas e confortadas pelo fato de que veredicto do caso é estudado em praticamente todas as aulas de direitos humanos no mundo, e que as mulheres de outros países tenham um exemplo que pode encorajá-las a contar suas próprias histórias também. Isso porque, para elas, o veredicto de Akayesu prova que vozes individuais também podem ser evidências, que o estupro não é apenas um trauma pessoal, mas um crime internacional, que o genocídio foi e é real. Seraphine disse que testemunhar facilitou o enfrentamento. "É algo que nos construiu. Antes, estávamos realmente sem esperança. Nós não achávamos que alguém iria querer lutar por nossos direitos ou nos trazer justiça." Essa parte da história não interessou inicialmente o tribunal, que se concentrou estritamente em conectar líderes locais e nacionais aos assassinatos. Mas, eventualmente, Seraphine, Victoire e Cecile se viram no centro do que se tornou um dos casos de direitos humanos mais importantes do mundo: suas histórias ajudaram a condenar um homem por estupro como crime contra a humanidade pela primeira vez na história (MOORE, 2016). Assim, entendo que o olhar para o caso de Seraphine, Victoire e Cecile pela ótica da cura social demonstra um resultado, em algum nível, positivo para essas mulheres e para a

sociedade ruandesa, na medida em que o processo de *truth-telling*, ou contar a verdade, levou à exploração das narrativas pessoais das vítimas, honrando sua experiência e buscando, a partir desse fato, a reparação.

4.3. Mulheres na política

Na frente política, as ações das mulheres centradas em sua segurança e violência de gênero tornaram-se um tema contínuo no período de transição. O acesso das mulheres aos recursos tornou-se outra questão central para o movimento de mulheres ruandesas. Como um dos pontos mais importantes, essas ações e organizações lutaram para que suas realizações em prol das mulheres ruandesas fossem transformadas em garantias legais. Um dos principais resultados foi a legislação sensível ao gênero e uma constituição que refletiu os ganhos políticos e sociais que as mulheres obtiveram no período pós-genocídio. Paralelamente à reconstrução das estruturas estatais, algumas ONGs mais antigas foram revividas (como Pro-Femmes, Réseau des Femmes, Haguruka e Duterimbere), enquanto novas organizações que surgiram para lidar com as repercussões do genocídio (MAGEZA-BARTHE, 2016).

Em 2003, Ruanda fez história ao se tornar o país com o maior número de mulheres eleitas para o parlamento do mundo, com 48,8% dos assentos na câmara baixa do parlamento conquistados por mulheres. Este recorde foi batido novamente em 2008 eleição em que as mulheres ganharam 56% dos assentos e ainda novamente na eleição de 2013, em que as mulheres conquistaram 64% dos assentos. Além do movimento das mulheres na sociedade civil e da mudança dos papéis de gênero, Elizabeth Powley cita o compromisso do FPR para a inclusão das mulheres como a principal razão por trás do aumento da representação das mulheres na política de Ruanda (SINALO, 2018).

O FPR foi influenciado por sua exposição a questões de igualdade de gênero em Uganda, bem como pelos sucessos das mulheres no Congresso Nacional Africano da África do Sul. Como resultado, tornou a inclusão das mulheres uma característica fundamental de sua política de unidade e reconciliação. Mesmo antes da introdução oficial de cotas no governo, o FPR consistentemente nomeou mulheres para quase 50% dos assentos que controlava no parlamento e, de 1994 a 2003, o governo de transição viu a representação feminina aumentar para 25,7% (SINALO, 2018).

Em 1998, eleições nacionais foram organizadas para a liderança representativa entre as mulheres em todos os níveis da administração governamental. Essas representantes ficaram

conhecidas como Conselhos de Mulheres e eram responsáveis por aconselhar as estruturas de governança local sobre questões femininas e por ensinar as mulheres a participar na política. Em 1999, uma reforma significativa do governo resultou na divisão do Ministério do Gênero, Família e Assuntos Sociais (MIGEFASO, na sigla em inglês) em dois ministérios: Ministério da Família e Assuntos Sociais e Ministério do Gênero e Promoção da Mulher (MIGEPROFE, na sigla em inglês) (SINALO, 2018).

O papel deste último era desenvolver projetos para reformar todas as leis que discriminavam as mulheres, bem como projetos para educar as pessoas sobre o conceito de direitos das mulheres e promover a igualdade de gênero. O movimento de mulheres coordenou esforços com MIGEPROFE para se envolver ativamente no processo de elaboração da constituição, cujo movimento de elaboração foi iniciado em 2000, para garantir que a igualdade de gênero fosse parte fundamental da nova constituição. Essa igualdade foi parcialmente garantida pela concessão de mulheres pelo menos 30% dos assentos no Senado e na Câmara dos Deputados (SINALO, 2018).

Desde o genocídio, houve mudanças significativas na lei que favoreceu as mulheres, como a conquista da categoria 1 para estupro ou tortura sexual nas diretrizes de acusação pós-genocídio, uma lei que estende os direitos de mães grávidas e lactantes no local de trabalho, uma lei sobre a proteção de crianças contra a violência, a lei de herança garantindo que as mulheres tenham os mesmos direitos que os homens de herdar bens e uma lei sobre a prevenção, proteção e punição de qualquer violência de gênero. Também se tornou ilegal discriminar mulheres, incluindo discriminação com base no sexo ou condição de HIV (SINALO, 2018).

É necessário, no entanto, compreender as limitações das mudanças aqui explicitadas. Embora possam ser descritas como revolucionárias, a situação não deve ser vista de forma muito romântica, visto que a situação política pós-genocídio em Ruanda não é tão favorável às mulheres como pode parecer à primeira vista. Por exemplo, muitas das organizações que formam a Pro-Femmes, bem como os conselhos de mulheres, não têm recursos para maximizar seu impacto, o que as impede de fornecer um nível consistente de serviço em todo o país. O movimento de mulheres também depende de um único partido político, o FPR, que se tornou cada vez mais despótico e coloca o movimento em uma situação precária (SINALO, 2018).

Embora a tendência de passar da sociedade civil para a política possa beneficiar um pequeno número de mulheres individualmente, Burnet (2008 apud SINALO, 2018) sugere que essa transição criou um vácuo de liderança na sociedade civil. Ela argumenta que mais mulheres na governança correm o risco de atrapalhar a cooperação entre mulheres na sociedade civil e

mulheres em cargos porque, uma vez no cargo, as mulheres não se envolvem mais no ativismo em nome dos interesses das mulheres. Tal questão pode ser defendida ao se observar o fato de que muitas das leis de grande importância para as mulheres foram aprovadas antes das eleições de 2003 e, portanto, não foram resultado direto da alta representação das mulheres no poder político (SINALO, 2018).

No geral, o aumento da representação feminina é descrito como um paradoxo, porque embora a participação das mulheres aumentou, sua capacidade de influenciar as políticas diminuiu devido à natureza cada vez mais autoritária do regime. Longman (2008 apud SINALO, 2018) também critica o papel das mulheres no governo, argumentando que a concepção do governo de Ruanda sobre os direitos das mulheres é altamente restrita porque não tolera uma gama mais ampla de direitos humanos. O autor considera que o governo ruandês expressa intolerância frente à liberdade de expressão e demonstra sinais de estar se tornando cada vez mais despótico. Assim, de acordo com Longman, as mulheres passam a ter um poder limitado e o desafio ao status quo se torna cada vez mais difícil. Portanto, ainda que bem organizadas, as mulheres no poder acabam restringidas a trabalhar em questões alinhadas à agenda do regime. Além disso, apesar das conquistas citadas anteriormente, as mudanças na lei não refletem necessariamente o que acontece na prática, já que muitas mulheres sobreviventes e suas famílias continuam a enfrentar estigmatização e discriminação, tornando difícil fazer valer seus direitos (SINALO, 2018).

O impacto desproporcional do genocídio na vida das mulheres, combinado com a estigmatização das sobreviventes, tem efeito catastrófico em suas vidas interpessoais. Baseando-se na discussão proposta por Vicki S. Helgeson, Sinalo (2018) aponta que embora as mudanças nos papéis, direitos e posições das mulheres possam ser vistas como positivas, as mulheres ainda podem estar sofrendo como resultado do impacto negativo em suas vidas interpessoais. Isso porque, segundo Helgeson (1994, p. 425, apud SINALO, 2018, p. 117) “a forma extrema de comunhão resulta em uma falta de agência [...] (ou seja, um foco em outros para a exclusão de si mesmo)”; em contraste, “a forma extrema de agência resulta em uma falta de comunhão (isto é, um foco em si mesmo com a exclusão de outros)” sendo ambos, agência e comunhão, necessários para o bem-estar ideal (SINALO, 2018).

4.4. Os filhos do estupro

A partir de um estudo com uma amostra de 14 mulheres de diferentes regiões do Ruanda, Kantengwa (2014) buscou compreender a relação das mulheres vítimas da violência sexual no genocídio resultando em gravidez. De acordo com os achados da autora, as dificuldades de relacionamento e estigmatização estão muito presentes durante a infância. A fase da adolescência traz consigo as dificuldades dos questionamentos trazidos por seus filhos. A revelação de suas histórias para seus filhos foi principalmente motivada pelo encontro como grupo de mães que vivenciaram o estupro e tiveram filhos frutos dessa violência.

Algumas participantes do estudo relataram que histórias de genocídio são extremamente difíceis de contar para crianças pequenas e que, apesar da importância de fazê-lo, contar a verdade a seus filhos é muito difícil. A maioria das mães desejava ter tido apoio como recursos sociais e emocionais para seus filhos enfrentarem os desafios associados à revelação. Na falta desses recursos, elas ficaram em silêncio, com medo de que a revelação atrapalhasse suas vidas que já eram instáveis. A revelação sem preparação foi um desafio para essas mães (KANTENGWA, 2014).

Apesar dessas dificuldades, as participantes relataram que a revelação deu aos filhos uma identidade social e pessoal clara e impediu a descoberta acidental. No entanto, os relatos recebidos foram de que esse é um processo complexo que exigiu a habilidade de saber como fazê-lo. As mães que receberam treinamento sobre os direitos de os filhos conhecerem seus pais foram confrontadas com a alternativa de que ficar em silêncio não seria bom para os filhos. Milka, uma das participantes (com nome alterado por questões de privacidade) descreveu o que aprendeu com o treinamento:

Depois do treinamento e de conhecer amigas com experiências semelhantes à minha, descobri que tinha a responsabilidade como mãe de contar ao meu filho. Eu me preocupo que ele descubra por outras pessoas e isso o faça se sentir mal. Ele está sempre me fazendo perguntas e acho importante revelar. É um direito da criança saber (KANTENGWA, 2014. p. 426).

As mulheres ainda relataram que a revelação sobre a paternidade de seus filhos ajudou-os a compreender o genocídio e sua própria história pessoal com maior profundidade. Essa compreensão ajudou as crianças a superar a confusão sobre sua identidade e construir autoconfiança. Para muitas mães, a revelação significou ter que aceitar o silêncio que elas usaram como mecanismo de defesa para evitar que seu filho perguntasse sobre sua identidade (KANTENGWA, 2014).

Para a maior parte delas, no entanto, tal revelação foi benéfica porque eliminou o fardo do sigilo que elas se sentiam forçadas a carregar. Outra participante do estudo afirmou: “Eu

costumava ser sempre calada e agressiva e minha filha sempre se preocupava comigo, mas quando revelei, tive paz de espírito e senti que minha autoestima aumentou” (KANTENGWA, 2014, p. 427, tradução minha). Uma maior compreensão e uma melhor auto identidade resultaram em melhores relações entre mãe e filho, bem como entre a família e a comunidade (KANTENGWA, 2014).

O trabalho feito por Kantengwa (2014) sugere que as narrativas das experiências das mães participantes do projeto refletem a importância de compartilhar emoções traumáticas com pessoas que passaram pela mesma tragédia. Esta foi uma ferramenta poderosa que as ajudou a lidar com seus problemas diários, além de ajudar a quebrar o isolamento, o sigilo e a vergonha. Isso sugere que, como os membros do grupo estão em diferentes estágios de cura, alguns podem ter uma perspectiva de quão longe os outros chegaram e isso serve como evidência de que é possível progredir ainda mais em suas relações (KANTENGWA, 2014). O programa também corrobora a visão de Herman (1996 apud KANTENGWA, 2014) de que a maioria das vítimas busca a resolução de sua experiência traumática associando-se a outras pessoas que sofreram a mesma experiência. As mulheres que enfrentaram os mesmos problemas descobrem que podem transformar o significado de sua tragédia pessoal tornando-a a base da ação social. Zraly, Rubin e Mukamana (2013 apud KANTENGWA, 2014) também argumentam que entender como os padrões de expressão emocional corajosa entre sobreviventes de violência sexual coletiva são apoiados ou constrangidos por forças sociais e estruturais em cenários pós-conflito e pós-genocídio é fundamental. É possível citar, ainda, que o fato de essas mulheres poderem reconstruir as relações com seus filhos após decidirem contar a verdade sobre sua concepção é um caminho para o que Paula Green, citada por Lederach e Lederach (2010 apud NAJIBULLAH, 2017) propõe como um fator importante para a cura social: a recuperação de relações; nesse caso, entre as mães e seus filhos.

Muitas mulheres estão socialmente isoladas, especialmente aquelas nas áreas rurais. Por esse motivo, relataram que o compartilhamento de suas emoções em um grupo proporcionou o sentimento de apoio mútuo que as ajudou a aprender estratégias psicológicas para lidar com eventos emocionais dolorosos. O discurso também chama a atenção para a importância da participação voluntária e de dar às mães a opção de revelar ou não a história de sua gravidez, empoderando as mulheres para tomar sua própria decisão informada (KANTENGWA, 2014).

Assim, Kantengwa (2014) conclui com seu estudo que essas mulheres poderiam se beneficiar do atendimento em terapias em grupo que reunissem mulheres sobreviventes e seus filhos nascidos de estupro. O compartilhamento em grupo, facilitado por um conselheiro

profissional, permitiria que sobreviventes com diferentes níveis de enfrentamento compartilhassem suas histórias e ajudassem uns aos outros a construir relacionamentos mais fortes com seus filhos nascidos de estupro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o genocídio de Ruanda seja amplamente estudado, a compreensão de mecanismos de cura social em um nível geral torna-se difícil devido às amostras pouco expressivas nos estudos que buscaram entender as implicações do genocídio e das violências específicas na vida das mulheres apartados do nível institucional. Apesar de termos evidências de que mecanismos como compartilhamento de experiências entre vítimas de contextos semelhantes sejam positivos, a generalização desses achados torna-se frágil na medida em que os estudos baseados nesses mecanismos compõem parte pequena da literatura existente sobre o conflito.

Em contraposição, os estudos baseados no papel das mulheres na sociedade ruandesa no geral no período pós-conflito apresentam maior robustez. É o caso da análise sobre a participação das mulheres na política no país, que pode ser vista como um ponto positivo da sociedade ruandesa no período pós 1994. Isso porque houve ampliação da participação das mulheres nessa esfera com impacto positivo na evolução das leis ruandesas, o que engloba legislação a respeito de participação política feminina, desestigmatização das vítimas de genocídio e de mulheres que sofrem com suas consequências, como é o caso do HIV, bem como aquelas que possuem filhos frutos do conflito. Ainda que em um âmbito mais burocrático, tal abertura à participação das mulheres também pavimentou o caminho para a cura social na medida em que proporciona espaço para discussões, proposições e defesa do ponto de vista daquelas que sofreram com tais ataques.

Outro ponto analisado nesse estudo, os mecanismos de implementação da justiça por meio de tribunais possuem pontos negativos na medida em que apresentam uma solução “*top-down*” cujo resultado apresentou um impacto positivo para a jurisprudência internacional com a condenação de Akayesu, porém não refletiu em percepção tão positiva internamente devido à distância das vítimas em relação ao processo de condenação. É mister notar, no entanto, o impacto positivo que essa condenação teve a nível interpessoal se considerado a perspectiva das testemunhas-chave do caso, visto que tal resolução proporcionou a essas mulheres a certeza de que suas vozes poderiam ser ouvidas e resultar em mudanças.

Crucial para o sentimento de pertencimento e possibilidade de compartilhamento propostos como essenciais pela teoria de cura social estão as associações que floresceram em Ruanda no período pós-genocídio. Além de garantir, em muitos casos, o apoio necessário e o espaço para ouvir experiências semelhantes, tais instituições também foram necessárias para garantir a muitas mulheres meios de sobrevivência no período pós-conflito, dada a independência anterior de familiares do sexo masculino.

Assim, percebe-se como maior insumo desses achados o fato de que diversos mecanismos foram utilizados pela sociedade ruandesa, com participação imprescindível das mulheres vitimizadas, que tiveram suas vozes ouvidas em diferentes instâncias e puderam se abrir em relação à violência sexual e demais questões da quais foram vítimas durante o genocídio. Ainda que não possamos romantizar tais achados, visto que o estigma e o preconceito são parte do cotidiano dessas mulheres e dos filhos nascidos do genocídio, é significativo compreender que os mecanismos de cura social e construção da paz perpassam pela construção do diálogo e fortalecimento de comunidades, sejam estes propostos por mecanismos estatais ou espontâneos.

Por fim, dado o período transcorrido desde o conflito e a extensa literatura sobre suas causas e desdobramentos, acredito ser possível e necessário documentar experiências positivas de cura social em uma sociedade em que as associações e organizações pós-genocídio tornaram-se tão presentes. Uma literatura mais robusta permite a compreensão e disseminação de mecanismos com resultados positivos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONSECA, Danilo Ferreira Da. **Ruanda: A produção de um genocídio**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

Disponível em:

<<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/12637/1/Danilo%20Ferreira%20da%20Fonseca.pdf>>

. Acesso em: 9 out 2020

HUMAN RIGHTS WATCH. **Shattered Lives: Sexual Violence during the Rwandan Genocide and its Aftermath**. . [S.l: s.n.], Set 1996. Disponível em:

<https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/1996_Rwanda_%20Shattered%20Lives.pdf>.

Acesso em: 9 out 2020.

INTERPEACE e NAR. **Societal Healing in Rwanda: Mapping of Actors and Approaches**.

. [S.l: s.n.], Nov 2015. Disponível em: <<https://neveragainrwanda.org/wp->

content/uploads/2021/11/Mapping-Report-2015_Nov-1-Final-for-print-1.compressed.pdf>. Acesso em: 9 set 2021.

KANTENGWA, Odeth. **How Motherhood Triumphs Over Trauma Among Mothers With Children From Genocidal Rape in Rwanda.** *Journal of Social and Political Psychology*, v. 2, n. 1, p. 417–434, 27 Ago 2014. Disponível em: <<https://jspp.psychopen.eu/index.php/jspp/article/view/4817>>. Acesso em: 30 jan 2022

LEATHERMAN, Janie. **Sexual Violence and Armed Conflict: Complex Dynamics of Re-Victimization.** *International Journal of Peace Studies*, v. 12, n. 1, 2007 Disponível em: <<http://digitalcommons.fairfield.edu/politics-facultypubs/6>> Acesso em: 9 set 2021

LEMARCHAND, R. **The Rwanda Genocide.** In: TOTTEN, S.; PARSONS, W. S.; CHARNY, I. W. (Eds.). *Century of Genocide*. 2a ed. Nova Iorque: Routledge, 2004. p. 395–412.

LIPP, Camila Soares. **Relações de gênero em ruanda no período pós-genocídio: mudanças de fato?** *Revista de Direitos Fundamentais e Democracia*, p. 281–304, 2013. Disponível em: <<https://revistaeletronicardfd.unibrazil.com.br/index.php/rdfd/article/download/363/311/905>>. Acesso em: 9 out 2020

MAGEZA-BARTHEL, Rirhandu. **Mobilizing Transnational Gender Politics in Post-Genocide Rwanda.** Nova Iorque: Routledge, 2016. Disponível em: <<https://sci-hubtw.hkvisa.net/10.4324/9781315595801>>. Acesso em: 3 jan 2022.

MOORE, Jina. **This Is The Story A UN Court Didn't Want Three Rape Survivors To Tell.** *Buzzfeed News*, Kigali, 2016. Disponível em: <<https://www.buzzfeednews.com/article/jinamoore/this-is-the-story-a-un-court-didnt-want-three-rape-survivors>>. Acesso em: 13 out 2021.

MILILLO, Diana. Rape as a Tactic of War: Social and Psychological Perspectives. *Affilia: Journal of Women and Social Work*. p. 196-2005. 1 maio 2006. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0886109905285822>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

MÜHLHÄUSER, Regina. **Reframing Sexual Violence as a Weapon and Strategy of War: The Case of the German Wehrmacht during the War and Genocide in the Soviet Union, 1941–1944.** 2017. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/669873>>. Acesso em: 25 mai 2019.

MUKAMANA, Donatilla e BRYSIIEWICZ, Petra. **The Lived Experience of Genocide Rape Survivors in Rwanda.** *Journal of Nursing Scholarship*, v. 40, n. 4, Dez 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/23675145_The_Lived_Experience_of_Genocide_Rape_Survivors_in_Rwanda> Acesso em: 2 jul 2021

NAJIBULLAH, Heela. **Reconciliation and Social Healing in Afghanistan.** Geneva: Springer Fachmedien Wiesbaden, 2017. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/978-3-658-16931-2>>. (Masters of Peace). Acesso em: 05 jul. 2019.

NORDSTROM, Carolyn. Rape: Politics and theory in war and peace. **Australian Feminist Studies**, [s.l.], v. 11, n. 23, p.147-162, abr. 1996. Informa UK Limited. <<http://dx.doi.org/10.1080/08164649.1996.9994811>>. Acesso em: 25 mai 2019

SAI, Nancy. Figura 1 - Propaganda hutu; extraído de Conflict Profile: Rwanda. Fev 2012. Women's Media Center. <https://womensmediacenter.com/women-under-siege/conflicts/rwanda>. Acesso em: 9 set 2021

SINALO, Caroline Williamson. **Rwanda's Women and Post-Traumatic Individualism. Rwanda After Genocide**. [S.l.]: Cambridge University Press, 2018. . Disponível em: <<https://sci-hub.se/10.1017/9781108591478.005>>. Acesso em: 31 ago 2021.

SJOBERG, Laura. **Introduction to Security Studies: Feminist Contributions**. 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09636410902900129>>. Acesso em: 20 maio 2019.

TAYLOR, Christopher C. **A Gendered Genocide: tutsi Women and hutu Extremists in the 1994 Rwanda Genocide**. PoLAR: Political Legal Anthropology Review, v. 22, n. 1, Maio 1999. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/229846510_A_Gendered_Genocide_tutsi_Women_and_hutu_Extremists_in_the_1994_Rwanda_Genocide>. Acesso em: 2 jul 2021.

THOMPSON, Judith e O'DEA, James. **Social Healing Project Report**. . [S.l: s.n.], 2011. Disponível em: <<https://www.acjrd.ie/images/PDFs/restorative-justice/The-Social-Healing-Project-Report.pdf>>. Acesso em: 03 ago 2021

UVIN, Peter. **Prejudice, Crisis, and Genocide in Rwanda**. African Studies Review, v. 40, n. 2, p. 91-115, set. 1997. Disponível em: < <https://www.cambridge.org/core/journals/african-studies-review/article/abs/prejudice-crisis-and-genocide-in-rwanda/718ABA1271C233430D05F4C4B9849613>>. Acesso em: 28 ago 2021.

WOOD, Elisabeth Jean. **Variation in Sexual Violence during War**. Politics & Society, v. 34, n. 3, p. 307–342, 17 Set 2006. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0032329206290426>>.